

 <p>ANPOCS Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais</p>	<p><b>36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS</b> 21 a 25 de Outubro de 2012. Águas de Lindóia – SP.</p> <p>GT25 – Partidos e Sistemas Partidários</p> <p>Coordenadores: Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar), Luciana Fernandes Veiga (UFPR)</p>
---	---

## **2ª Sessão - Sistema Partidário brasileiro: institucionalização e tendências**

Institucionalização Partidária: a proposta de uma ferramenta bidimensional para indicadores empíricos

*Bruno Bolognesi (UFSCar)*

# Institucionalização Partidária: a proposta de uma ferramenta bidimensional para indicadores empíricos<sup>1</sup>

*Bruno Bolognesi*<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo desta comunicação é apresentar um indicador empiricamente viável para o estudo da institucionalização dos partidos políticos. Apesar da grande disseminação do índice de volatilidade como critério para mensuração da institucionalização de sistemas de partidos, pouco foi elaborado sobre uma proposta operacionalizável para o estudo dos partidos políticos em si. A ferramenta aqui contida leva em consideração o partido tanto em sua esfera eleitoral quanto organizacional, elaborando um indicador bidimensional, com a sugestão de uma série de variáveis empíricas. A hipótese de trabalho é que com um indicador que envolva o desempenho eleitoral aliado ao aparato organizacional possamos criar uma gradação mais real sobre como os partidos se comportam. As conclusões preliminares apontam que a proposta de um índice que contempla estas duas dimensões retrata mais fielmente as características dos partidos políticos no caso Brasileiro.

**Palavras-chave:** institucionalização partidária, partidos políticos, Brasil, metodologia de pesquisa.

## Introdução

O objetivo desta comunicação é apresentar um possível indicador empiricamente viável para o estudo da institucionalização partidária no Brasil e que possa ser ferramenta de comparação para outros partidos da América Latina. Apesar da ampla literatura disseminada acerca da institucionalização do sistema partidário, pouco foi produzido sobre critérios empíricos (e suas formas de mensuração) para medir diferentes graus de institucionalização das organizações políticas (Peres, 2000, p. 3)<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Esse texto não seria possível sem as excelentes sugestões de: Timothy Power, Renato Perissinotto, Andréa Freitas, Jairo Pimentel e Oswaldo Amaral. Como de praxe, todos os erros que pode conter esse manuscrito são de inteira responsabilidade do autor. Aproveito para agradecer alguns dados e textos ainda não publicados fornecidos por Rodrigo R. Silveira e Paulo Peres.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista CNPq. Contato: [brunobolognesi@yahoo.com.br](mailto:brunobolognesi@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Para um exemplo mais claro sobre isso Peres afirma: “Claro que essa abordagem [a organizacional] é extremamente importante, especialmente se combinada com a perspectiva que enfoca os partidos como agentes políticos que competem com outros partidos. [...] Esse exemplo [o do PT], aliás, evidencia a importância de se analisar também a estrutura organizacional de um partido, afinal, ela é um fator de

Os estudos sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro são vastos. Desde o seminal artigo de Mainwaring e Scully (1997) até os mais atuais (Braga, 2010; Tarouco, 2010) os critérios para as ilações sobre partidos políticos são baseados nas análises acerca do sistema de partidos e não sobre os partidos políticos como uma sub-unidade do sistema partidário. As conclusões dos estudos que partem de um sistema partidário frágil apontam que os partidos são também frágeis por duas razões: i) não há estímulo num sistema eleitoral centrado no candidato (Samuels, 1999) para que se cultivem reputações partidárias, logo, os partidos são “legendas de aluguel”; ii) a quantidade grande de partidos não permite que o eleitor crie vínculos com essas organizações, que serviriam apenas como requisito formal para acesso aos postos de elites dominados por relações sociais baseadas no personalismo (Kinzo, 2005).

Por outro lado, o diagnóstico que aponta a fragilidade dos partidos políticos brasileiros está calcada na concepção do modelo do partido de massas – e seus opostos teóricos: o partido de quadros, *catch-all* e cartel - como um arquétipo virtual ideal, o que afasta achados que apontam fatores organizacionais como preponderantes para a institucionalização das legendas (Peres Ricci e Guarnieri, 2012). O modelo de *mass party* supõe que as organizações deveriam responder às demandas sociais e diversidades populacionais, canalizando interesses (Sartori, 2005) dos segmentos representados. Ou outros modelos tem como axioma um afastamento entre a base do partido e as oligarquias deste e, modernamente, a mobilização da primeira serve apenas para legitimação de decisões da elite (Katz, 2001).

O diagnóstico que fazemos da literatura sobre os partidos brasileiros está calcada então em dois aspectos: os partidos não possuem adesão valorativa pois o sistema eleitoral de lista aberta estimularia as relações pessoais e; os partidos são frágeis organizacionalmente<sup>4</sup> visto que não tem interesse em suas atuações como legenda, mas sim como um agrupado de personalidades.

Os estudos comparados que entendem os partidos como organizações são raros na literatura política brasileira e não remetem ao impacto dos arranjos organizacionais para o funcionamento da democracia. Os que entendem os partidos como elementos

---

grande relevância na determinação do tipo de orientação estratégica que o partido adota na esfera eleitoral” (2000:02, nota 01).

<sup>4</sup> É pouco verdade que não existem estudos que comprovem o inverso, mas esses estudos focaram em partidos específicos e pouco dizem sobre análises comparadas entre os partidos a fim de medir seu desempenho organizacional com o ról de indicadores comuns (Paiva e Tarouco, 2011).

para a estabilidade do sistema partidário como formador de preferências eleitorais são muitos, mas podem ser sintetizados no argumento de Mainwaring e Scully (1997) que afirmam a necessidade de sistemas de partidos com graus razoáveis de institucionalização para um desempenho governativo e de fiscalização elevado.

Contudo, o que nos importa neste texto é possível resultado de um debate entre partidos como entidades eleitorais e como organizações. Não podemos supor que somente um dos elementos sufoque o outro, as faces dos partidos convivem entre si, estabelecem relações de poder e determinam a natureza do partido (Katz e Mair, 1994: 04). Então é preciso que se elaborem desenhos de pesquisa empiricamente viáveis e comparáveis para o estudo dos partidos como unidades não unitárias, nos termos de Katz e Mair.

A partir das seminais contribuições de Randall e Svasand (2002) e Daza (2005) a proposta aqui é elaborar um indicador que nos permita levar em conta mais de uma arena de atuação do partido e, ao mesmo tempo, dar alternativas aos estudos que sobrevalorizam o sistema partidário. Além da discussão teórica dos indicadores, propomos algumas formas empíricas de mensuração. Essas medidas são muitas vezes intuitivas, já que os autores deixam vagas as operações dessa natureza e por isso sugestões e críticas são muito bem vindas.

Destarte, o artigo está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção fazemos uma rápida discussão sobre o conceito de institucionalização partidária, os principais problemas apresentados pela literatura e como chegamos num conceito que nos permita organizar o trabalho nas frentes propostas aqui.

A segunda parte faz uma apresentação dos indicadores possíveis para mensuração das dimensões da institucionalização dos partidos e como cada indicador pode ser encontrado na realidade do Brasil. Não estamos interessados numa possível generalização do conceito, mas sim de uma adaptação viável e que possa servir de exemplo para comparação com outros países, fundamentalmente da América Latina. Discutimos também os problemas que outros indicadores podem apresentar e as dificuldades operacionais destes.

Na terceira parte fazemos um levantamento preliminar dos maiores partidos brasileiros (PMDB, PT, PSDB e DEM) como um primeiro e experimental ensaio

mobilizando os indicadores propostos. Por esse motivo, o nosso trabalho não trata sobre a institucionalização como um processo a partir dos dados que apresentaremos. Faremos um esboço sobre a posição comparada dos partidos políticos destacados pós-eleição de 2010. Entretanto, julgamos que o indicador proposto pode ser uma ferramenta útil tanto estática quanto longitudinalmente, servindo para comparações sobre o processo de institucionalização de um determinado partido ou para comparação entre dois ou mais partidos ao longo do tempo.

A maior parte dos dados que apresentamos aqui são coletados em trabalhos publicados sobre o tema no Brasil. A não ser para alguns indicadores muito específicos, não realizamos uma coleta a partir do modelo proposto. O que seria ideal para responder nossas perguntas. Nos interessa especialmente a crítica do modelo bidimensional que tentaremos propor como uma alternativa viável aos modelos vigentes para o caso brasileiro.

Finalmente, apresentamos as conclusões, os problemas que o estudo enfrentou e uma possível agenda de pesquisa para o futuro. Os dados preliminares apontam que através desse indicador podemos captar melhor as nuances entre os partidos brasileiros fugindo da dicotomia teórica entre partidarismo e personalismo e também da empírica que prega a institucionalização do PT como alta frente aos outros partidos brasileiros.

## **O conceito de institucionalização**

Segundo Peres (2000) o conceito de institucionalização parte da teoria sociológica tentando aliar as bases dos padrões de interação social com regularidade de comportamentos alicerçados nas instituições sociais. Citamos:

*“A origem do conceito de institucionalização é sociológica, e põe em foco a natureza, digamos assim, dos grupos, processos, comportamentos e valores sociais. A primeira preocupação mais sistemática quanto a isso, salvo engano, pode ser encontrada em Durkheim. Segundo esse autor, o conjunto de processos e valores sociais, ou seja, suas instituições, teria passado de um modelo centrado em um tipo de solidariedade, baseado nas similitudes, na coesão coletiva e mecanicamente orientada, para outro, baseado nas diferenças, nas especializações, na coesão individual e organicamente orientada. No primeiro pólo, temos uma sociedade simples (tradicional); no segundo, uma complexa*

*(moderna). O aumento da complexidade social, entendido como a situação de modernidade, representaria a proliferação de novas instituições, centradas em uma divisão de funções e especialidades tais que poderia gerar “desequilíbrios” ou disfunções, ou ainda, anomia. Impunha-se, assim, o velho problema da estabilidade e da coesão social.” (op. cit.: 07).*

Como podemos ver acima, a preocupação com a estabilidade das regras e com a previsibilidade dos comportamentos estava alocada na teoria sociológica desde sempre como uma preocupação das interações sociais e os constrangimentos para suas condutas, aumentando a previsibilidade e inserindo as expectativas – para usar um termo weberiano – como um elemento estruturante da vida em sociedade.

Saindo das relações sociais para o mundo político, Huntington (1968) afirma que a institucionalização dos sub-sistemas deveria ser objeto de estudo destacada, entre eles o sistema político. Segundo Huntington as instituições deveriam ser capazes de criar comportamentos regulares e ter valores em si mesmas. O’Donnell (1996) também reforça a existência de padrões de comportamentos aceitos e partilhados – formais ou informais – para que uma organização deva ser dada como institucionalizada. Peres (2000) lembra que o elemento da estabilidade geral quando a literatura procura definir uma instituição ou seu processo de institucionalização. Sempre trabalhando diante do par “estrutural” e “atitudinal” a convergência entre uma estrutura que seja capaz de orientar comportamentos e ao mesmo tempo criar crenças e partilha-las entre os indivíduos daria as linhas gerais do que entendemos por instituição.

North (1993) faz uma opção por um conceito mais minimalista, preocupado com possíveis generalizações para o mundo econômico. Para ele, as instituições podem ser resumidas como “regras do jogo”. Entretanto, essa definição não carrega em si os elementos que comportam as regras desse jogo, nem quais as funções das regras. Mesmo admitindo que as regras criam expectativas na interação entre os indivíduos, não podemos deixar de partilhar da visão de Huntington (1968) de que a dimensão atitudinal seja fundamental para legitimar o conjunto de constrangimentos formais ou informais das instituições.

Para não alongar o conceito além do necessário, esse texto adotará a definição de instituição proposta por Huntington e por O’Donnell, entendendo que as duas dimensões são fundamentais para estabelecer o que de fato é uma instituição. Outros

autores fizeram versões sobre o que seria uma instituição e o processo para atingir este nível de interação social e política como Selznick (1962), Polby (2008), porém, nenhum deles foge da definição mais geral derivada da sociologia.

### **A institucionalização partidária**

*“Despite the many casual references to parties as institutions it is surprising that there is very little in the way of explicit discussion of the significance of the institution concept as applied to parties as social formations”* (Janda, 1980). Tentado suprir essa lacuna, o conceito de partido como instituição é apresentado por Huntington (1968) como uma organização estável, dotada de valor e que apresente padrões recorrentes de comportamento. Podemos então assumir que o partido como instituição deveria ser capaz de ter estabilidade tanto em sua face organizacional quanto eleitoral<sup>5</sup>. O mesmo ocorreria para os outros dois critérios de Huntington, o diálogo entre a estruturas de operação externa e interna do partido deveriam nos dar elementos capazes para ter um perfil mais apurado acerca de como os partidos políticos estão institucionalizados.

O modelo mais contemplado pela literatura é o oferecido por Huntington (1968) que apresenta quatro dimensões para entender a institucionalização dos partidos políticos: i) adaptabilidade; ii) complexidade organizacional; iii) autonomia e; iv) coerência. O modelo de Huntington é uma complexificação do que Selznick (1962) apresenta baseado essencialmente nos critérios de rotinização de comportamento e de infusão de valores.

Certamente, o indicador para institucionalização dos partidos que mais ecoou foi o de Huntington, sendo aplicado também para o estudo de partidos na América Latina, como no trabalho de Dix (1992). Por adaptabilidade entendemos a capacidade do partido em moldar-se às pressões externas e estar em diferentes posições frente ao governo e à sociedade ao longo do tempo. Os critérios mais mobilizados para isso são medir a idade cronológica ou geracional dos partidos ou sobre a função do partido,

---

<sup>5</sup> Katz e Mair elaboram três faces para os partidos políticos: organizacional, eleitoral e no governo. Não utilizaremos aqui a face do partido no governo por entender que esse aspecto da vida partidária está, nos sistemas presidencialistas, muito mais voltado aos acordos que ocorrem após a eleição com a formação de coalizões e distribuição de cargos. Por outro lado, podemos pensar que isso está parcialmente condicionado a alguns acordos eleitorais que antecedem a formação dos governos. Então, optamos por mobilizar somente a face do partido como organização e eleitoral.

quando esta muda (por exemplo de canalizador de interesses para disputa eleitoral pura) os partidos seriam mais institucionalizados. Por complexidade organizacional entende-se a multiplicidade de órgãos funcionais e hierárquicos dentro dos partidos. A criação destes órgão criaria uma dependência interdependência entre as diferentes esferas do partido o que facilitaria o reconhecimento institucional e o universalismo procedimental. Por autonomia Huntington defende a liberdade que o partido goza em relação a influência (ou como prefere Panebianco, “patrocínio”) por instituições externas. Por fim, a coerência seria o reconhecimento pelo partido de que existe um procedimento para resolução de conflitos e disputas de poder dentro do partido.

Como coloca Daza (2005: 109) o problema das dimensões apontadas por Huntington e por seus seguidores é que muitas vezes elas “*levantam dúvidas sobre a convergência ou divergência dos critérios de mensuração*”. Por exemplo, o aumento da complexidade ou da autonomia podem gerar uma diminuição na coerência do partido. Uma instituição pode criar severos padrões de autonomia organizacional e ser pouco adaptável, ser “rígida”, nas palavras de Daza. Ainda a adaptabilidade pode ser um critério um tanto tautológico, como coloca Levitsky (2009: 322). Se imaginarmos que a adaptabilidade e a institucionalização andam *pari passu* não é possível estabelecer uma relação de causalidade entre as duas dimensões, não sabemos se um partido é mais institucionalizado porque se adaptou ou se adaptou-se porque é mais institucionalizado.

Levistky (*op. cit.*) questiona a mobilização de modelos multidimensionais para auferir institucionalização partidária. Citando o autor, Tarouco (2010: 172) aponta que o uso multidimensional pode elevar os custos analíticos e a ambiguidade da interpretação do conceito. Ainda segundo Levitsky, a solução para esse problema seria desagregar o conceito para uma análise mais real dos partidos políticos. De fato, o autor o faz levando em conta apenas a rotinização e a infusão de valores em conta ao analisar o Partido Judicialista na Argentina. Entretanto, como mostram Randall e Svasand (2002) e Basedau e Stroh (2008), apenas com um conceito multidimensional é que conseguimos captar um equilíbrio teórico entre os modelos de análise dos partidos que recentemente surgem e a realidade política das novas democracias, como as latino americanas, as africanas ou asiáticas.

O advento dos partidos cartel (Katatz e Mair, 1994) fariam com que a institucionalização partidária privilegiasse outros aspectos da vida política que não os



baseados em bases sociais das organizações ou em autonomia. Tarouco (2010) mostra que a mobilização de um modelo multidimensional fere tanto a desagregação do conceito um melhor entendimento das esferas do partido, quanto o entendimento das mudanças nos partidos políticos modernos. Discordamos tanto de Levitsky quanto de Tarouco que a desagregação do conceito pode oferecer uma resposta mais acabada para sua operacionalização e análise. Esse movimento teórico acaba por deixar as respostas sempre parciais sobre os partidos políticos. Os trabalhos invocam parcialidade conceitual a fim de mobilizar os dados que respondem a esta ou àquela dimensão, mas não estão preocupados em oferecer um indicativo que consiga lidar com a mobilização conceitual e empírica e oferecer, ao menos, um modelo de análise que, muito longe de ideal, tente compreender a realidade multifacetada dos partidos políticos modernos.

A dificuldade, como coloca Sigelman (1979), é saber se as dimensões conceituais levam a um modelo final unilinear onde um partido seja mais mais institucionalizado ou institucionalizou-se mais que os demais ao longo do tempo ou se as dimensões possam ocorrer independente de outras e se a somatória delas oferece uma resposta final. Não há, portanto, que se fazer uma recusa do modelo. É preciso que os indicadores e os dados coletados respondam mais ou menos a um tipo ideal de institucionalização dos partidos e isso não ocorre com a exclusão de uma dimensão ou de outra.

As críticas aos modelos de institucionalização partidária resumem-se, como coloca Daza (2005: 110), por um lado na mobilização dos indicadores de Huntington como divergentes entre si e; na multidimensionalidade do processo – Randall e Svasand (2002), como dificuldade para realização empírica. Janda (1980) mobilizando a maior parte dos indicadores de Huntington desenvolve um estudo que leva em consideração a coleta de dados em vários países durante largo tempo. A diferença na proposta de Janda é que ele tende a fazer a divisão conceitual de acordo com as teorias mais modernas sobre os partidos políticos, dando ênfase tanto às esferas organizativa, eleitoral e legislativa. Porém, entendemos que a arena legislativa é uma consequência da eleitoral e não deve ser separada. Mais do que isso, os indicadores legislativos dos partidos estão coagidos por normas institucionais que escapam ao escopo da relação do partido com sua arena organizativa e eleitoral, mesmo entendendo que possa haver uma relação entre estas últimas e a primeira, é preciso provar a existência da relação para depois mensurá-la de alguma forma.

Dessa forma, o conceito de institucionalização e suas formas de auferição parecem mais próximos de um denominador comum com a proposta de Randall e Svasand (2002). A diferenciação entre arenas, externa e interna e dimensões estrutural e atitudinal referem-se exatamente às dicotomias que os partidos encontram no momento de disputarem eleições e controlar suas demandas internas. Não se trata apenas do momento pontuado no calendário eleitoral para entendermos de que modo os partidos apresentam melhores ou piores indicadores nesta arena, mas a ligação permanente do partido com os eleitores parece ser mais importante do que a capacidade dos partidos em amealhar votos. Este ponto em especial, retomaremos na apresentação dos indicadores empíricos para o caso brasileiro.

Se para a dimensão externa dos partidos políticos as variáveis de mensuração foram bastante exploradas, o mesmo não podemos dizer acerca das variáveis organizacionais que comporiam o modelo de institucionalização partidária. O quadro abaixo apresenta as dimensões da institucionalização partidária sumarizados por Randall e Svasand (2002). Os autores tem como critério a adoção das variáveis mais recorrentes e menos polêmicas na literatura para a formação de seu modelo para os países de terceiro mundo e para os países de democracias recentes.

Quadro 01 - Dimensões da Institucionalização Partidária

	<b>Interno</b>	<b>Externo</b>
<b>Estrutural</b>	Sistematicidade	Autonomia decisional
<b>Atitudinal</b>	Infusão de valores	Reificação

Fonte: Randall e Svasand, 2002, p. 13.

Tomando os pares um por vês o a variável que representa cada um, no primeiro deles, estrutural-interno o modelo pressupõe que a sistematicidade seria a esfera interna dos partidos políticos. A sistematicidade fica no pólo estrutural por fazer parte do cotidiano do partido, da rotinização de condutas e procedimentos que aumentam a previsibilidade dos atores em relação às incertezas dos conflitos. Polsby (2008) aponta também para a rotinização de procedimentos e universalismo procedimental como um elemento para a institucionalização.

Ainda na esfera interna do partido, a dimensão atitudinal prevê a infusão de valores da organização frente a seus membros. Aqui a variável ganha dimensão ímpar no sentido que a maior parte dos autores que leva em conta a infusão de valores

(Huntington (1968); Mainwaring e Scully (1997); Panebianco (2005), Selznick (1962); Dix (1992)) tende a elaborar essa variável de dois modos: a capacidade da organização em fazer valer seus valores dentre os filiados e a e a medida em que o partido é reconhecido como um valor em si mesmo, independente das funções ou capacitações técnicas exigidas para sua existência. Huntington coloca como coerência a infusão de valores. Randall e Svasand não se dirigem exatamente a capacidade da instituição em penetrar seus valores em sua esfera interna, mas sim na representação de alguns interesses específicos. Desse ponto de vista, esse critério poderia levar a pensar que partidos que representam interesses muito específicos, como os partidos religiosos seriam mais institucionalizados e menos adaptáveis que os demais. Ou seja, essa forma de medir a dimensão atitudinal-interna poderia colapsar com outras.

Sobre os aspectos organizacionais, ou seja internos, Polsby (2008) oferece três elementos para a análise da institucionalização baseados na complexidade e na sistematização. Diferente do que Randall e Svasand (2002) e Basedau e Stroh (2008) colocam o marco de Polsby é estritamente estrutural. A valorização dos aspectos estruturais tem em conta que a organização em questão possui autonomia suficiente para contar com um emaranhado de variáveis que dão cabo da dimensão interna das instituições. Em linhas gerais, a dimensão estrutural interna de Polsby seria quanto mais institucionalizada quanto mais o universalismo procedimental fosse adotado como prática rotineira nos partidos, que a organização quanto mais fosse delimitada ao recrutar seus membros e utiliza procedimentos não clientelísticos ou personalistas para a escolha de seus líderes e que fosse complexa, possuindo funções separadas e executadas por órgãos específicos. Mesmo entendendo que a esfera interna ou organizacional possa ter influência no desempenho eleitoral dos partidos (Braga, *et. al.*, 2012), ainda é preciso que demonstremos de que modo podemos interagir essas duas esferas.

Passamos então a dimensão externa. Por autonomia decisional entendem-se a capacidade dos membros do partido em tomar decisões sem que sejam afetados por organizações correlatas. Randall e Svasand retomam o conceito clássico de instituições autônomas possuem baixa incidência de dependência material ou humana de outras instituições, porém com uma diferença fundamental. Ao reconhecer a disposição de Panebianco (2005) em afirmar que instituições patrocinadoras podem ser benéficas aos

partidos novatos ou a partidos em regimes de transição<sup>6</sup>, os autores direcionam sua abordagem não para o envio ou manutenção de recursos, mas para a influência dessas instituições no processo de tomada de decisão. Para eles, a relação deve ser *top-down* a favor do partido, uma relação onde o partido é dominante na tomada de decisões.

Por fim, a última variável que os autores elaboram se dá no quadrante da dimensão atitudinal-externa. Esse talvez seja o ponto de inflexão entre as teorias que veem no sistema partidário elementos que possam ser aplicados para os partidos políticos (como por exemplo em Mainwaring e Torcal, 2005). Não se trata de estabelecer se os partidos tem apenas na eleição se desempenho avaliado. Os dados como volatilidade eleitoral podem acontecer a despeito das vontades dos partidos e de sua capacidade de impor uma agenda ao eleitorado, ou seja, a institucionalização a partir de dados estritamente eleitorais estaria sob o julgo da institucionalização de outros elementos das sub-unidades que compõe a estabilidade eleitoral, qual seja o mercado político ou o clientelismo do voto (Peres, 2000: 09). Portanto, os autores trabalham voltados ao conceito de reificação (que poderia ser entendido também como o enraizamento social proposto por Mainwaring e Scully, 1997). A reificação seria a presença do partido dispersa entre o eleitorado como um ator político legítimo e relevante no exercício democrático-representativo.

Fazendo a crítica a Randall e Svasand, Basedau e Stroh (2008: 09) propõem que as dimensões para a institucionalização sejam modificados. A dimensão atitudinal seria entendida como infusão de valores, porém mantendo as mesmas variáveis. A dimensão estrutural passaria a ser tratada como estabilidade e contaria com as variáveis de enraizamento social e nível de organização. Entendemos que essa diferenciação é terminológica e pretende um resgate dos termos clássicos mobilizados nos primeiros estudos de institucionalização partidária. Porém, não há rompimento com o modelo multidimensional reproduzido aqui no quadro 01.

O que interessa aqui é saber que os indicadores clássicos para o estudo da institucionalização partidária tinham como objetivo final buscar um índice que pudesse auferir quais são os partidos mais ou menos institucionalizados a partir da sobreposição

---

<sup>6</sup> Panebianco afirma ainda que instituições internacionais podem ser um indicativo positivo de institucionalização e não de dependência visto que não há capacidade de ação para modificar a condução política nos países patrocinados. Entretanto, Randall e Svasand (2002) lembram que o patrocínio internacional pode causar danos à institucionalização partidária, como os partidos esquerdistas coreanos, que dependem exclusivamente de organizações internacionais de sindicatos de trabalhadores.

das formas de mensuração em variáveis e um ideal de partido político. Não obstante, esse *continuum* elaborado contempla em sua maior parte quatro variáveis, porém nenhuma dimensão ou esfera partidária. O primeiro indicador comum seria o desenvolvimento de uma organização extra-parlamentar consolidada, o segundo a complexidade organizacional das instâncias no interior do partido, seguido pela independência do partido frente outras organizações patrocinadoras, por último o universalismo procedimental e a adoção de regras explícitas para a conduta dos atores.

Por outro lado, é consenso nos textos sobre institucionalização dos partidos políticos, que os partidos são encarados como instituição quando deixam de ser um arranjo organizacional e adquirem valor em si mesmos (Panebianco, 2005) e estabilidade (Janda, 1980; Basedau e Stroh, 2008). Como colocam Ghunter e Hopkin (2007: 171)<sup>7</sup>, “*a institucionalização envolve compromissos estáveis a longo prazo com o partido como uma instituição ‘legítima em abstrato’*” (tradução do autor). O problema dessas duas dimensões da institucionalização é que elas não tem lugar para ocorrer. Podem acontecer tanto eleitoralmente, com a estabilidade do voto (muito utilizado com o indicador de volatilidade eleitoral de Pedersen) ou com a base social do partido, representando um determinado grupo, ou setor social mais amplo. O chamado “*enraizamento social*” de Mainwaring e Scully (1997) poderia ser entendido tanto em sua face externa do partido (confiança dos eleitores no partido e estabilidade eleitoral) quanto na representação social de um grupo específico no interior do partido. Ou seja, a mudança de um indicador em uni para um multidimensional parece atender a maior parte das dificuldades de operacionalização das variáveis e de suas formas de mensuração.

### **As variáveis escolhidas e suas formas de mensuração empírica**

---

<sup>7</sup> Os autores realizam um brilhante esforço em aplicar o modelo de Hirschman (1970) em *Saída, Voz e Lealdade*, para os partidos políticos. Pensamos que esse seria um modo muito interessante para discutir os partidos políticos no Brasil. A partir de instâncias específicas sobre a relação de poder entre a base do partido e as elites, os autores identificam onde as chances para o equilíbrio entre saída e voz seja possível e o estabelecimento de lealdades viável. Não nos estederemos acerca desse forma de analisar a institucionalização dos partidos neste texto, mas certos que esse modelo deve e será testado em breve numa outra oportunidade.

Até então levantamos todas as dimensões que poderiam fazer parte de um indicador para auferir institucionalização partidária. Entretanto, não anunciamos de que modo esses seriam mensurados.

Ante de começarmos a enunciar de que modo lidamos (e sugerimos) empiricamente com as variáveis é preciso fazer uma concessão teórica. Não podemos partir para o estudo da iinstitucionalização partidária sem que adotemos um conceito de partido político específico. Fica claro, pela exposição do tópico anterior, que os modelos que levam em conta as diversas arenas partidárias seriam mais interessantes para a mobilização de um indicador de institucionalização bidimensional.

Desde Weber passando por Ostrogorski e Duverger, os partidos políticos foram entendidos como entidades responsáveis por intermediar as relações entre a sociedade e o Estado. Mais do que isso, segundo Sartori (2005), os partidos teriam como sua principal função canalizar os interesses dispersos e servir como um agregador de demandas para serem levadas e implementadas frente o poder público. Por outro lado, a escola da escolha racional valorizou os partidos como organizações que atuam num sistema de mercado pela competição e conquista de votos e cadeiras (Strom, 1990; Montero e Ghunter, 2007). Mais recentemente os partidos foram a escola de Michels foi retomada por Panebianco (2005) que readequou a sociologia política para uma teoria das organizações partidárias. Sendo assim, os partidos não seriam apenas representantes de demandas sociais ou máquinas eleitorais, mas uma organização complexa que atuaria tanto em sua esfera interna, quanto externa.

Um diferente viés sobre partidos advém com o modelo *catch-all* mostrando que os partidos continuam sofrendo mudanças estruturais em suas relações de poder diante de fenômenos econômicos e sociais onde estão inseridos. A natureza dessa explicação foi resumida por Lapalombara (2007) que retoma a teoria do desenvolvimento político para explicar o motivo pelos quais os partidos não atenderiam mais os esquemas duvergenianos de representação e estariam mais preocupados em amealhar votos e perpetuarem-se como organizações. A radicalização dessas mudanças leva a Katz e Mair (1994) a promover o partido cartel como um modelo moderno de partido político, despreocupado com o envolvimento das bases em todo processo, com a aproximação do aparelho estatal e com a liberdade de decisão por parte das elites partidárias.

O diagnóstico acerca da falência do partidos como representantes da sociedade baseia-se, segundo Montero e Ghunter (2007), na adoção universal pelo arquétipo do partido de massas como ideal para o funcionamento das democracias ocidentais. Um olhar mais atento à mudança dos partidos europeus, por exemplo, leva os autores a perceber o mesmo movimento que Panebianco anota, os partidos passam a ter menos a função de representação da sociedade e se aproximam da lógica profissional-eleitoral, dando espaço para que seja criada uma burocracia qualificada e mantenham-se objetivos mais gerais e latentes do que os manifestos pelos partidos de massa.

Em resumo, é preciso que se olhe para os partidos políticos como uma organização capaz de manter seus traços internos e o equilíbrio de poder intra-partidário e ao mesmo tempo dispute votos nas eleições (Panebianco, 2005). Essa última característica aliás, seria o traço que distingue os partidos políticos de outras organizações capazes também de exercer coesão e coerção em indivíduos e manter relações no interior do aparato estatal. Portanto, adotamos a seguinte definição de partido político:

*“[...]como organizações que competem em eleições para ocupar o governo e o legislativo, atuam em diferentes frentes, desenvolvendo relações com o Estado sem necessariamente aprofundar vínculos societários e, ainda, disputam com outras associações pela canalização de interesses dos diversos grupos que conformam a sociedade civil” (Braga, 2010: 49).*

Como podemos ver na definição acima, Maria do Socorro Braga consegue sintetizar num conceito único uma série de correntes teóricas e funções dos partidos políticos. Ao mesmo tempo que os partidos são tratados como organizações em si mesmas, eles competem por votos e não possuem como imperativo o modelo de partidos de massas.

Então, adotando, adotando ao mesmo tempo, o modelo multidimensional de institucionalização e uma definição de partido que leva em conta as diferentes arenas dos partidos, nossas variáveis devem responder a esta multiplicidade de exigências teóricas. Sabendo que os partidos atuam em uma multiplicidade de arenas, o conceito de Randall e Svasand (2002) sofrerá algumas modificações em sua forma de mensuração para adequação ao caso brasileiro, essencialmente a partir das sugestões de Daza (2005) e Basedau e Stroh (2008).

Uma ressalva quanto aos dados é necessária. A assumpção teórica nem sempre se coaduna com os indicadores empíricos na maioria dos estudos sobre institucionalização partidária (por exemplo, nos estudos de caso históricos de Panebianco). Contudo, o esforço em enumerar formas viáveis de captar o conceito não perdem sua validade. No limite elas servem para uma crítica informada sobre quais os erros que a pesquisa ou o modelo proposto traz, assim como sobre a dificuldade em se coletar dados mais subjetivos como confiança nos partidos ou informações sobre a organização partidária (Basedau e Stroh, 2008: 11). Ainda, em muitos casos como em Dix (1992) vemos que conceitos que serviriam para medir outros fenômenos como fragmentação ou nacionalização são emprestados para serem úteis à institucionalização<sup>8</sup>.

A segunda ressalva se refere ao caráter de continuidade sempre associado ao processo de institucionalização dos partidos políticos. Reconhecemos que para compreender de que forma os partidos mudam e se institucionalizam, é preciso que se meça ao longo do tempo os mesmos indicadores e que os partidos possam em alguma medida se dese institucionalizar (Daza, 2005: 118). Porém, não temos dados suficientes no momento e nem fôlego acadêmico para conduzir uma empreita desta natureza. Como dissemos antes, nos interessa especialmente as críticas ao modelo e as suas formas de medi-lo.

O quadro abaixo apresenta as variáveis sumarizadas para o estudo da institucionalização partidária no Brasil. Na sequência do quadro, faremos a discussão de cada indicador e suas outras formas de mensuração e o motivo pelos quais não serão adotadas.

Quadro 02 – Modelo de Institucionalização Partidária para os Partidos Brasileiros

Variável	Indicadores Empíricos	Forma de Mensuração
<i>Dimensão Estrutural</i>		
Sistematicidade	Complexidade organizacional	- Número de Setoriais ou Órgãos Funcionais dos Partidos - Número de filiados

<sup>8</sup> Como medida preventiva, adotaremos a sugestão de Basedau e Stroh (2008) e não mobilizaremos nenhum indicador utilizado para auferir iinstitucionalização do sistema partidário para o caso dos partidos tomados como unitários e organizações voltadas em si mesmas.



	Rotinização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Replicação da estrutura nacional nas estruturas regionais</li> <li>- Realização regular de convenções partidárias</li> </ul>
Autonomia Decisional	Nível organizacional  Inflexão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manifestação expressa de subordinação ao partido</li> <li>- Aplicação de ações disciplinares internas</li> <li>- Justaposição parlamentar-partidária</li> <li>- Crescimento do partido por difusão territorial ou penetração</li> </ul>
<i>Dimensão Atitudinal</i>		
Infusão de Valores	Coerência  Densidade Eleitoral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pode ser medido pela forma com que os candidatos do partido apelam para a organização durante o pleito eleitoral</li> <li>- Participação de grupos sociais no interior dos partidos políticos</li> <li>- Proporção de votos por filiados do partido nas eleições</li> </ul>
Reificação	Presença no eleitorado (passiva)  Disposição eleitoral (ativa)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pode ser medido por quanto os eleitores preferem um ou outro partido ou quanto confiam neste ou noutro partido</li> <li>- Capacidade do partido em lançar candidatos próprios às eleições presidenciais consecutivas</li> </ul>

### *Sistematicidade*

Esse é um elemento essencialmente interno dos partidos políticos e se refere a rotinização de comportamentos e a complexidade de funções realizadas por órgãos específicos do partido. A crítica que Levitsky (2009) faz é que sistematicidade e infusão

de valores seriam fenômenos sobrepostos, já que a crença numa determinada cadeia de valores faria com que os seguidores tivessem seu comportamento rotinizado. O clientelismo poderia ser uma evidência informal tanto de infusão de valores, quanto de sistematicidade, já que atende aos dois critérios. Entretanto, se tomarmos a definição de rotinização de Polsby (2008) de que é necessário regras explícitas para aumentar a previsibilidade dos comportamentos, padrões de conduta informais como relações de clientelismo e patronagem não poderiam ser associadas positivamente com partidos em nível alto de institucionalização.

Δ Complexidade: Huntington e Panebianco anotam que a complexidade organizacional (ou nível de organização, como proposto por Basedau e Stroh) se refere a divisão do trabalho organizada hierarquicamente pelos partidos para cumprir funções específicas. Como coloca Daza (2005: 119): “*O incremento da complexidade responde ao propósito de alcançar maior eficiência racionalizando as tarefas organizativas*”. Podemos enumerar a quantidade de órgãos funcionais ou setoriais do partido (Polsby, 2008; Freidenberg e Levitsky, 2007), quantidade de filiados dos partidos ao longo do tempo ou comparativamente, regularidade de congressos ou convenções de partido (Basedau e Stroh, 2008). Daza (2005) sugere que a justaposição entre parlamentares e líderes de partido seja um indicador para medir sistematicidade. Pensamos que esse indicador poderia se fundir ou servir melhor para mensurar a autonomia do partido, visto que mostra muito mais o quanto o partido é independente frente à seus parlamentares (como sugere Panebianco) e não exatamente o quanto a organização é complexa.

Através da disposição dos órgãos setoriais ou funcionais, conseguimos captar o quanto partido especializou-se ao realizar tarefas específicas. Através da quantidade de filiados, podemos ver se o partido possui material humano suficiente para sustentar a renovação de quadros e as tarefas organizativas.

Δ Rotinização: a rotinização seria medida pela realização de congressos ou convenções nacionais e demonstra a preocupação do partido em adotar práticas transparentes e regulares que aumentam a credibilidade das ações do partido frente a seus membros. Daza (2005) sugere que a rotinização seja também medida pela disciplina legislativa dos eleitos pelo partido. Discordamos deste caso para o Brasil

visto que os partidos se comportam no legislativo de uma maneira muito diferente do que se comportam organizacionalmente ou eleitoralmente (Pereira e Muller, 2003).

### *Autonomia Decisional*

Δ Disciplina organizacional: o elemento externo da dimensão estrutural do partido que corresponde a capacidade do partido em manter-se afastado de decisões tomadas por outras organizações que os membros podem estar associados. Pode ser mensurada pela manifestação dos candidatos a eleição de sua filiação partidária ou pela subordinação aos mandos do partido frente situações conflitantes. Em casos mais extremos, podemos encontrar medidas disciplinares como a expulsão de membros que não concordam com as diretrizes partidárias ou com o regimento do partido. Polsby (2008) chama a atenção para a aplicação dos estatutos dos partidos na vida cotidiana partidária como uma forma de mensuração. Entretanto, como coloca Panebianco (2005) e Freidenberg e Levitsky (2007) os estatutos partidários podem ser um mero rascunho do que ocorre no dia-a-dia das legendas. Especialmente no Brasil, apenas o PT possui um estatuto que define algumas exigências além do que prevê a lei eleitoral (Braga e Bolognesi, 2011), por isso não faz sentido que analisemos este aspecto para os partidos brasileiros.

Δ Inflexão territorial: os partidos que surgem a partir de um centro e passam a penetrar o país tendem a ter decisões centralizadas, enquanto que partidos que surgem por difusão criam elites regionais que atendem à demandas de suas circunscrições e estariam mais dispostas a atos desleais frente à organização partidária.

### *Infusão de Valores*

Variável que explicita a dimensão atitudinal interna e teria como função saber em que medida o partido é capaz de imprimir suas crenças e idéias frente a seus membros. Pode ser medida de duas formas.

Δ Coerência: a auferição de quanto os candidatos apelam para os partidos ou para o programa partidário como um recurso fundamental para o partido é um elemento que mostra o quanto o partido foi capaz de imprimir em parte de seus membros a organização como valor em si mesma (Panebianco, 2005). Daza (2005) sugere mais uma vez que mobilizamos indicadores parlamentares para auferir coerência. Pelo mesmo motivo que recusamos utilizá-los na rotinização, o faremos aqui.

Δ Densidade eleitoral: Daza (2005) sugere a utilização desse indicador como forma de saber em que medida o partido consegue mobilizar seus filiados através do voto. O indicador é calculado através do percentual de eleitores que são também membros do partido. Partidos que desfrutam de alta densidade eleitoral podem enfrentar melhor mudanças ambientais e contam com apoio suficiente do eleitorado para implementar sua agenda de políticas. Além da densidade eleitoral, muitos autores mobilizaram a volatilidade eleitoral como um indicador importante (Mainwaring e Scully, 1997; Mainwaring e Torcal, 2005; Daza, 2005). Discordamos do uso dessa forma de mensuração por dois motivos. O primeiro é que é um indicador tradicionalmente que mede a institucionalização dos sistemas partidários. Em segundo lugar, num país onde o voto é usualmente centrado no candidato e não no partido, não podemos saber em que medida o eleitor é mais ou menos volátil por conta do candidato ou por conta do partido. A mesma crítica poderia ser feita ao indicador de densidade eleitoral, contudo, pensamos que esse critério está menos sujeito à dúvidas, visto que agrega uma massa de filiados e eleitores comum, independentes dos humores eleitorais.

### *Reificação*

Mensurar a reificação serve para auferir a existência do partido pelo eleitorado e reconhecimento do partido como um ator democrático legítimo no jogo político.

Δ Presença no eleitorado: indica o quanto o partido é percebido como uma organização estável e parte do imaginário público acerca de sua constituição como elemento político legítimo. Pode ser verificado através de pesquisas de opinião que demonstrem a confiança em determinado partido ou a preferência por ele.

Δ Disposição eleitoral: diferente de somente constatar a existência de um partido no imaginário do eleitorado, a disposição eleitoral mede o esforço do partido em criar essa presença lançando candidatos aos cargos máximos da nação, como presidente ou primeiro-ministro. Segundo Rose e Mackie (1988) colocam que a institucionalização dos partidos estaria ligada a permanência eleitoral deste no processo por algum tempo. O critério de três eleições consecutivas seria capaz de denotar se o partido foi capaz de institucionalizar-se de modo a comparecer sempre ao eleitor, mesmo que não vença o pleito. Por isso, fazemos a diferenciação entre reificação passiva e ativa. A primeira

refere-se a percepção do público em relação ao partido. A segunda do partido em relação ao eleitorado.

Apresentadas as formas de mensuração, na seção seguinte fazemos um exercício de comparar a institucionalização de quatro grandes partidos brasileiros no pleito eleitoral de 2010. De saída já encontramos um problema metodológico ao selecionar apenas grandes partidos. Esses partidos, se comparados a outros menores e mais recentes, teriam um perfil mais institucionalizado. Porém, nos interessa aqui mais demonstrar como podemos aplicar o indicador e seus sub-indicadores e uma comparação muito inicial entre PSDB, PT, DEM e PMDB. Para essa comparação iremos utilizar a técnica sugerida por Basedau e Stroh (2008: 11). Os autores utilizam a atribuição de valores que vão de 0 a 2 para cada uma das, aqui 15, verificações de dados. A depender da disponibilidade e da natureza dos dados, alguns indicadores são quantitativos, outros qualitativos. Para os indicadores quantitativos, os menores valores e os seus próximos são codificados como 0. Os intermediários como 1 e os valores altos como 2. Para os dados qualitativos a ocorrência total de um fenômeno na realidade é codificada como 2, a parcial como 1 a ausência do fenômeno como 0. É preciso dizer, que nem para todos os indicadores encontramos dados sobre os partidos. Sendo assim, os resultados encontrados são parciais e tem serventia apenas como um meio para comparação entre os partidos estudados, não podem e não devem ser extrapolados para comparações com outros partidos ou com outros países.

Depois da atribuição de códigos de valores para indicador, a média aritmética entre eles representará o valor da variável, assim teremos uma quadrante de duas linhas e duas colunas para cada partido, com valores médios e comparáveis. A predominância de uma dimensão com valores mais elevados demonstra que a institucionalização do partido tem maior ênfase numa ou outra dimensão, porém, não há modo de saber com os dados apenas aqui apresentados se os indicadores ocorrem de forma integrada. Para isso, seria preciso um investimento numa pesquisa de recorte temporal elevado e uma comparação com outros partidos inclusive de outros países para o saber em que medida os indicadores dos partidos brasileiros podem ser comparados com seus pares latino-americanos.

**Achados parciais de PT, PMDB, PSDB e DEM**

Todos os quatro partidos foram analisados a partir da composição da estrutura de sua Executiva Nacional. A escolha da Executiva é mais acertada na medida em que é ela o órgão responsável por manter as políticas dos partido em linha e diferentemente do diretório nacional, não costuma ser um grupamento de lideranças locais eleitas. A fonte de consulta foi o site oficial do partido.

**Complexidade organizacional:** diferenças muito grandes foram encontradas entre os partidos quanto a complexidade organizacional. Enquanto que o Democratas conta com nada menos do que 14 órgãos ou secretarias funcionais específicas, como secretaria de assuntos de relações exteriores, habitação, saúde, direitos humanos, entre outras, o PMDB não conta com nenhuma secretaria especial ou órgão funcional dedicado, estão presentes em sua Executiva apenas os cargos administrativos, como presidente e tesoureiro. Um nível bastante baixo foi também apresentado pelo PSDB com apenas dois órgãos funcionais, PSDB-Mulher e Juventude. O PT apresentou uma complexidade alta, contando com 22 instâncias destacadas para assuntos específicos. Em relação ao número de filiados, o DEM conta com 9,35 filiados a cada mil eleitores, o PMDB com 19,15, o PSDB com 11,83 e o PT com 12,88. O número de filiados de PT e PSDB pode ser dito, na comparação entre os quatro levantados, como médio, o do DEM como baixo e o do PMDB como alto. As críticas de que o sistema de filiação no Brasil e na América Latina como um todo é absolutamente pró-forma são válidas (Daza, 2005), mas todos os partidos desfrutam das mesmas oportunidades para filiação. Então podemos assumir que o “ruído” do dados seja distribuído de forma igual entre as agremiação, tornando um referencia importante. Não houve disponibilidade de dados nem para a replicação da estrutura formal nacional do partido nos estados – nem no site dos partidos e nem no Tribunal Superior Eleitoral – e tampouco sobre a realização de convenções regulares ao longo do tempo.

**Rotinização:** o que podemos dizer é que todos os partidos brasileiros são obrigados a realizar convenções para registrar as candidaturas nacionais (Braga e Bolognesi, 2011), desse modo existe uma rotinação de procedimentos. Seria preciso auferir esse indicador por outro processo recorrente, como os encontros nacionais. Sobre os encontros nacionais o PT realizou nos anos de 2011 e 2012. Já o PMDB realizou de 2010 para cá apenas um encontro nacional, o mesmo ocorre para PSDB e DEM.

Para resumir os indicadores, a tabela abaixo apresenta os achados já codificados acerca da sistematicidade dos partidos.

Tabela 01 - Sistematicidade dos Partidos

	Complexidade Organizacional		Rotinização	
	Órgãos Funcionais	Filiados/milEleitores	Encontros	Score
PT	2	1	2	1,66
PMDB	0	2	1	1
PSDB	0	1	1	0,66
DEM	1	0	1	0,66

Fonte: site dos partidos e Basedau e Stroh (2008)

**Nível organizacional:** para medir de que forma os membros do partido estão subordinados à organização, utilizaremos os dados da pesquisa “Como se faz um candidato a Deputado Federal”, que aplicou um *survey* para 120 candidatos a Deputado Federal dos quatro partidos analisados. Para saber em que medida o partido era capaz de impor o peso organizacional, foi perguntado aos candidatos “*Numa situação hipotética em que o senhor discorde da posição do partido em relação a sua posição pessoal o senhor: 1) acataria a posição do partido ou; 2) manteria minha posição pessoal*”. No DEM, 86,2% dos respondentes afirmaram que manteriam sua posição pessoal. No PMDB 55,6% fariam o mesmo. No PSDB e no PT, a posição se inverte e a maioria dos candidatos acataria a posição do partido. O primeiro apresentou uma proporção de 53,3% de candidatos que tomariam essa decisão, o segundo 75,9%. Sobre a aplicação de sanções disciplinares internas, não conseguimos encontrar dados. Entretanto, a justaposição parlamentar-partidária foi analisada coincidindo os indivíduos da Executiva Nacional dos partidos que possuíam além de cargo nessa instância, cargos eletivos de qualquer natureza, no Executivo ou no Legislativo. O PT apresentou 30% de justaposição, sendo o partido com o menor valor, e por isso, o menos suscetível a dependência de seus membros eleitos. Em seguida, o PSDB apresentou uma proporção de 47,8% de justaposição de cargos. Já DEM e PMDB apresentaram respectivamente 70,5% e 69,2% de justaposição, sendo assim os partidos mais dependentes de suas posições no estados e a organizações menos autônomas por esse indicador.

**Inflexão territorial:** em recente *paper* Braga, Siveira e Borges (2012) afirmam que os grandes partidos brasileiros possuem um crescimento territorial e no número de filiados diretamente proporcional. Ou seja, diferente dos pequenos partidos que adotam a

estratégia difusional, instalando bases no território para a conquista de filiados, os grandes partidos fazem as duas coisas ao mesmo tempo, não dando espaço para que surgimento de bases partidárias vazias. Entretanto, não temos dados suficientes para saber em que medida o a ocupação território dá ou não espaço para o surgimento de novas lideranças regionais que contestariam a legitimidade da elite nacional do partido. Assim, esse indicador fica ausente de nosso índice geral. Sobre o patrocínio por instituições externas aos partidos os dados constantes em Braga, Ribeiro e Amaral (2012) mostram que os partidos, com exceção, do PT contam majoritariamente com recursos advindos do Estado, o que daria uma grande autonomia frente outras organizações. Apenas o PT tem 39,9% de seus recursos de outras fontes que não o fundo partidário. Esse dados pode ser questionado no sentido de que não sabemos se esses recursos viriam, por exemplo, de filiados do partido. O PSDB apresenta apenas 12,5% dos seus recursos de outras fontes. DEM e PMDB não chegam nem na casa dos 10%.

Do mesmo modo que a variável anterior, a tabela 02 abaixo resume as informações já codificadas por partido.

Tabela 02 - Autonomia Decisional dos Partidos Políticos

	<u>Autonomia Decisional</u>			Score
	Subordinação	Justaposição	Financiamento	
PT	2	2	0	1,33
PMDB	1	0	2	1
PSDB	1	1	1	1
DEM	0	0	2	0,66

Fonte: dados secundários e Basedau e Stroh (2008)

**Coerência:** para saber em que medida os candidatos utilizam a imagem do partido ou o programa do partido como plataforma de campanha seria preciso realizar um estudo sobre as campanhas eleitorais no Brasil. Infelizmente não temos dados acerca dessa informação e por isso será impossível mensurá-la. Por outro lado, os partidos aqui expostos podem ser medidos pela quantidade de setoriais que representam grupos sociais específicos no interior da estrutura partidária, utilizando o mesmo critério que mobilizamos para a complexidade organizacional.

**Densidade eleitoral:** o indicador da densidade eleitoral foi calculado tendo por base a votação do partido para a Câmara dos Deputados, tendo em vista os votos nominais aos



candidatos do partido e os votos na legenda. O PT apresentou uma proporção de 10,6% de filiados em relação ao número de eleitores do partido ao legislativo nacional. O PSDB apresentou 14,8%, seguido pelo DEM com 16,5% e do PMDB com 19,7%. Desse ponto de vista, o PT é o partido com a menor capacidade em reverter filiados em votos ao legislativo enquanto o PMDB é líder no quesito.

Os resultados da dimensão *infusão de valores* são apresentados abaixo codificados.

Tabela 03 - Infusão de Valores nos Partidos Políticos

	Coerência	Densidade Eleitoral	Score
	Representação	Filiados/Eleitores	
PT	2	0	1
PMDB	0	2	1
PSDB	0	1	0,5
DEM	1	1	1

Fonte: dados secundários e Basedau e Stroh (2008)

**Presença no eleitorado:** utilizamos os dados presentes tanto em Braga e Pimentel (2011: 280) para saber em que medida os partidos estão presentes no imaginário do eleitorado. Os autores realizam uma separação entre o partido que representa o eleitor e o partido que o eleitor gosta. Utilizaremos a média das duas respostas para ter um indicador mais sintético. Para o caso do PT (todos os dados se referem ao levantamento do ESEB tendo o ano de 2010 por base) 26% dos eleitores mostraram alguma manifestação em relação ao partido. Em relação ao PSDB, apenas 7% manifestaram algum sentimento, seguido pelo PMDB com 4% das respostas. O DEM foi o partido com o menor percentual, tendo como média apenas 1% das preferências.

**Disposição eleitoral:** aqui pretendemos medir de que forma os partidos agem proativamente para constar no imaginário do eleitorado. Uma das formas possíveis para tanto é lançar sempre candidatos, para o caso do Brasil, à Presidência da República. A partir dos dados constantes em Braga (2010: 66) observamos que no período de 1989 a 2010, PT e PSDB lançaram candidatos 6 vezes cada para a presidência. O PMDB lançou candidatos por 2 vezes e o PFL/DEM apenas 1 vez. O esforço dos dois primeiros partidos parece ter surtido efeito, já que são também os que desfrutam a maior fatia de preferência do eleitorado.

Os resultados são exibidos na tabela 04 abaixo.

Tabela 04 - Reificação dos Partidos Políticos

	Presença no Eleit.	Disposição Eleitoral	
	Preferência	Candidatos Pres.	Score
PT	2	2	2
PMDB	1	0	0,5
PSDB	1	2	1,5
DEM	0	0	0,5

Fonte: dados secundários e Basedau e Stroh (2008)

A fim de verificar o indicador como um todo, apresentamos por partido as quatro dimensões e seus respectivos *scores* codificados. Isso permite, num primeiro momento verificar quais os partidos que possuem institucionalização mais interna ou externa e o peso de cada dimensão. Em seguida, resumizamos os resultados para a conclusão sobre o uso desse indicador.

Tabela 05 - Índice de Institucionalização Partidária

	Dimensão Estrutural		Dimensão Atitudinal		Total
	Sistematicidade	Autonomia Decisional	Infusão de Valores	Reificação	
PT	1,66	1,33	1	2	5,99
PSDB	0,66	1	0,5	1,5	3,66
PMDB	1	1	1	0,5	3,5
DEM	0,66	0,66	1	0,5	1,5

Como podemos ver nos dados da tabela 05, o PT é o partido que apresenta o maior índice de institucionalização dentre os quatro comparados. Além disso, é também o partido que apresenta em todas as variáveis os maiores níveis de mensuração codificada. Isso se deve essencialmente a combinação entre um partido dotado de forte organização interna e perspectiva eleitoral profissionalizada. Os trabalhos mais recentes sobre o PT, como Amaral (2011), mostram que a legenda foi capaz de promover uma profissionalização eleitoral de seu desempenho mantendo ainda laços com sua base social.

Já o PSDB apresenta um indicador muito próximo do PMDB e a maior diferença entre as variáveis está na reificação do partido frente ao eleitorado. Isso seria de se esperar para o caso dos dois partidos, visto que o PSDB tem sua origem exatamente dentro do PMDB e carrega suas matizes genéticas ao longo da vida partidária, como aventado por Panebianco (2005).

Por fim, o DEM apresenta um menor índice de institucionalização geral e seu maior valor se concentra na capacidade de conquistar votos entre seus eleitores e a composição funcional da organização.

Quando analisamos apenas as dimensões estrutural e atitudinal, vemos que o PT apresenta um bom equilíbrio entre as duas esferas, atingindo valores quase idênticos para as dimensões. O PSDB apresenta uma tendência mais centrada na dimensão atitudinal e conta com um leve enfraquecimento organizacional frente ao PT e ao PMDB. Por outro lado, o PMDB tende a ter melhor desempenho quando analisamos a dimensão estrutural do partido do que a atitudinal, quando comparado ao PSDB e ao DEM. Por fim, o DEM demonstra que os indicadores são equilibrados entre as duas dimensões, porém o partido é de fato menos institucionalizado que todos os outros três quando comparados.

### **Uma reflexão à guisa de conclusão**

Em primeiro lugar, chegar a um denominador comum tanto para a mobilização das variáveis e de suas formas de mensuração é uma tarefa bastante complexa. A multiplicidade e a falta de unicidade terminológica presente na literatura dificulta o entendimento tanto do processo de institucionalização, quanto dos indicadores utilizados em si.

Em segundo lugar, nos pareceu vantajoso poder fazer uso de um indicador bidimensional ou multidimensional (se olharmos também para as dimensões interna externa) para a análise dos partidos como sugerido por Randall e Svasand (2002). Mesmo admitindo que não há como saber em que medida as variáveis andam e quais sejam as relações de causalidade entre elas, a mobilização de um indicador dessa natureza permite desagregar os partidos em suas diferentes esferas sem que percamos de vista o conceito teórico de institucionalização, diferente da proposta sugerida por Levitsky (2009).

O terceiro ponto se refere aos dados. A dificuldade em encontrar dados acerca das organizações de partidos no Brasil é um impedimento grande para os que desejam seguir por esse caminho. É preciso que mais pesquisadores se interessem pelo tema e que os dados comecem a tomar corpo para que novas conclusões, certamente mais precisas e menos parciais que as aqui apresentadas, possam surgir.

Por fim, acreditamos que o avanço nos estudos que valorizam tanto os aspectos internos, quanto os externos das agremiações partidárias, possam nos ser úteis no sentido de ampliar horizontes frente a mobilização de referência inadequadas e de modelos de partido que nem sempre estão associados com as realidades das democracias recentes, como o modelo de partidos de massas que parece ser mais um tipo ideal teórico, do que de fato uma referência que dê conta das realidades encontradas nos países estudados (Peres, Ricci e Guarnieri, 2012).

Além da discussão acerca de quais seriam os melhores indicadores para compreender a dinâmica representativa dos partidos no Brasil, entendemos que a institucionalização dos partidos como um sub-campo da teoria dos partidos e sistemas partidários possa ser útil também para a institucionalização democrática (O'Donnell, 1996) através da atribuição de método para auferir o real significado dos partidos políticos (Sagarzazu, 2011: 08).

## Referências Bibliográficas

AMARAL, Oswaldo. 2011. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*. Vol. 17, n° 01.

BASEDAU, Matthias e STROH, Alexander. 2008. Measuring Party Institutionalization in Developing Countries: a new research instrument applied to 28 african political parties. *GIGA (German Institute of Global and Area Studies) Working Papers*. N. 69.

BRAGA, M. S. S. 2010. Eleições e Democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*. N° 04.

\_\_\_\_\_ e PIMENTEL, Jairo. 2011. Os partidos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*. Vol. 17, n° 02.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Pedro F.; AMARAL, Oswaldo. 2012. El Sistema de Partidos no Brasil: estabilidad e institucionalización. *Paper apresentado no VI Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*. Quito.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Rodrigo; BORGES, Tiago. 2012. Organização, território e sistema partidário: difusão territorial da organização partidária e seus impactos sob o sistema partidário no Brasil. *VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Gramado.

DAZA, J. D. 2005. La Institucionalización Partidista. Una propuesta de abordaje de las estructuras organizativas partidistas. *Estudios Políticos*. N. 27.

DIX, Roberth. 1992. Democratization and the Institutionalization of Latin American Political Parties. *Comparative Political Studies*. Vol. 24, n° 488.

FREIDENBERG, Flávia e LEVITSKY, Steven. 2007. Organización Informal de los Partidos en America Latina. *Desarrollo Económico*, vol. 46, n° 184.

GUNTHER, Richard e HOPKIN, Jonathan. 2007. Una crisis de institucionalización; el colapso de UCO en España. In: MONTERO, J. R.; GHUNTER, R. e LINZ, J. *Partidos Políticos. Viejos conceptos y nuevos retos*. Madrid: Editorial Trotta.

HUNTINGTON, Samuel. 1968. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press.

JANDA, Kenneth. 1980. *Political Parties: a cross-national survey*. New York: The Free Press.

KATZ, Richard. 2001. The Problem of Candidate Selection and Models of Party Democracy. *Party Politics*. Vol. 07, n° 277.

\_\_\_\_\_ e MAIR, Peter. 1994. *How Parties Organize. Change and adaptation in party organizations in western democracies*. London: Sage Publications.

KINZO, M. D. 2005. Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 20, n° 57.

KIRCHHEIMER, Otto. 2012. A transformação dos sistemas partidários na Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*. N° 07.

LaPALOMBARA, Joseph. 2007. Reflections on Political Parties and Political Development, four decades later. *Party Politics*. Vol. 13, n° 02.

LEVITSKY, Steven. 2009. Institutionalization: unpacking the concept and explaining party change. In: COLLIER, D. e GERRING, J. *Concepts and Method in Social Science. The tradition of Giovanni Sartori*. London: Routledge.

MAINWARING, Scott e TORCAL, Mariano. 2005. Teoria e Institucionalização dos Sistemas Partidários após a Terceira Onda de Democratização. *Opinião Pública*, vol. XI, n° 02.

\_\_\_\_\_ e SCULLY, Timothy R. 1997. La Institucionalización de los Sistemas de Partido en América Latina. *América Latina Hoy*. Vol. 16.

MONTERO, J. J. E GHUNTER, Richard. 2007. Los Estudios sobre los Partidos Políticos. In: MONTERO, J. R.; GHUNTER, R. e LINZ, J. *Partidos Políticos. Viejos conceptos y nuevos retos*. Madrid: Editorial Trotta.

NORTH, Eduard. 1993. *Instituciones, Cambio Institucional y Desempeño Económico*. México: Fondo de Cultura Económica.

O'DONNELL, Guillermo. 1996. Another Institutionalization: Latin America and elsewhere. *Kellogg Institute Working Paper*, n° 222.

PAIVA, Denise e TAROUÇO, Gabriela. 2011. Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e as preferências dos eleitores. *Opinião Pública*. Vol. 17, n. 02.

PANEBIANCO, Angelo. 2005. *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

PEREIRA, Carlos e MUELLER, Bernardo. 2003. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 46, n° 04.

PERES, Paulo. 2000. *Sistema Partidário e Institucionalização Democrática: análise das teorias de sistemas partidários, do conceito de institucionalização e de suas formas de mensuração*. Available at: <http://works.bepress.com/pauloperes/16>.

\_\_\_\_\_; RICCI, Paolo; GUARNIERI, Fernando. 2012. How Brazilian Parties Organize: Centralization by Strategic Leadership Design. *Em Avaliação* (2013). Available at: <http://works.bepress.com/pauloperes/19>.

- POLSBY, Nelson. 2008. A institucionalização da Câmara dos Deputados nos Estados Unidos. *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 16, n° 30.
- RANDALL, Vicky e SVÁSAND, Lars. 2002. Party Institutionalization in New Democracies. *Party Politics*. Vol. 08, n° 01.
- ROSE, Richard e MACKIE, Thomas. 1988. Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations. In: LAWSON, K. & MERKL, P. (eds.), *When Parties Fail*. Princeton: Princeton University Press.
- SAGARZAZU, Iñaki. 2011. Weak party institutionalization and the dynamics of political dialogue. *Nuffield's College Working Papers Series in Politics*. Oxford.
- SAMUELS, David. 1999. Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-centric Electoral Systems: evidence from Brazil. *Comparative Political Studies*. Vol. 32; n° 487.
- SARTORI, Giovanni. 2005. *Partidos y Sistemas de Partido*. Madrid: Alianza Editorial.
- SELZNICK, Philip. 1962. *El mando el la administración: una interpretación sociológica*. Madrid: Imprenta Nacional del Boletín del Estado.
- SIGELMAN, Lee. 1979. Understanding Political Instability: an evaluation of the mobilization-institutionalization approach. *Comparative Political Studies*. Vol. 12, n° 02.
- STROM, Kaare. 1990. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. *American Journal of Political Science*. Vol. 34, n° 02.
- TAROUCO, Gabriela. 2010. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 04.